

Debate da Constituinte ainda é restrito

"Ouvi falar sobre essa tal de Constituinte, mas quase não me dedico a isso, não. Essa lei não é aquela que permite que os ministros façam contrabando de pedras preciosas?" — a indagação, quase em tom de desculpas, é do paranaense João Teresiano, 25 anos, solteiro, que está ajudando a construir um prédio na região central de Curitiba como meio-oficial armador, salário de Cr\$ 750 mil mensais. João Teresiano foi agricultor em Londrina, onde nasceu, mas deixou a roça porque, explica, não tinha mais condições de trabalhar. "Dizem que a Constituição vai dar condições para a gente da roça ficar na roça, mas eu não boto muita fé nessa história, não."

Depois de uma rápida explicação, João Teresiano demonstra mais interesse, mas mostra-se cético: "Era preciso mudar muita coisa neste país, mas não acho que eles vão conseguir mudar alguma coisa com essa his-

tória de Constituição. Eu não vou entrar nessa, não. Vou ficar como estou".

Como João Teresiano, muitos brasileiros ainda não sabem muito bem o que é a Constituinte e a que vem. Já ouviram falar, mas por falta de maiores informações não se permitem dar opinião. O tema, até agora, parece restrito a segmentos organizados da sociedade: os empresários querem que a Constituinte saia em defesa da livre iniciativa; os sindicatos, que a nova Constituição consagre o princípio da liberdade sindical; a Ordem dos Advogados do Brasil já firmou posição contra a comissão que vai elaborar o anteprojeto da Nova Carta; e a Igreja espera os resultados de uma reunião que a CNBB vai promover para discutir o assunto, para só então se pronunciar oficialmente a respeito. (Levantamento da rede de sucursais da AGÊNCIA ESTADO e serviço local.)

Empresários lutam por apoio à livre iniciativa

A defesa da livre iniciativa é o ponto central que todos os empresários gostariam de ver reforçado na nova Constituição. No capítulo dedicado à ordem econômica e social, pouca coisa deve ser alterada da nova Constituição, segundo Rui Martins Altenfelder Silva, diretor do Departamento Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. "Mas uma coisa é a teoria e outra é a prática. A Constituição estabelece o primado da livre iniciativa, mas 70% da economia, hoje, está nas mãos do Estado. Então, é preciso encontrar uma letra reforçando o aspecto de liberdade de empresa" — enfatiza.

Essa é também a opinião de Firmino Rocha de Freitas, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, e de César Rogério Valente, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul. Valente já se conforma com a possibilidade de que a nova Constituição "pelo menos não amplie a estatização", mas não tem ilusões de que o governo deixe de ditar, por meio das estatais, os preços de alguns insumos básicos para o setor produtivo, como o do petróleo e as tarifas de energia elétrica. Contudo, espera que o governo pare de invadir outras áreas da iniciativa privada, não só no setor econômico "mas também no que diz respeito às liberdades coletivas e privadas, quer políticas, trabalhistas ou culturais".

"Temos de aprimorar nossa estrutura sindical, terminar com o paternalismo de Estado" — acentua Valente. Na sua opinião, as negociações entre patrões e empregados deverão ser feitas "livremente e em absoluta igualdade de condições, ambas as partes deverão ter seus direitos assegurados pela Constituição. Isto é, se os trabalhadores podem fazer greves, os empresários também devem ter o direito de não produzir, de fazer lock out". Mas, ressaltou, "em último caso, como um recurso extremo de ambos os segmentos", devendo ser excluídos destas prerrogativas na Constituição os serviços essenciais.

Jacéy Mendonça, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (An-

favea), gostaria também de ver reduzida a intervenção estatal nas empresas privadas, embora reconheça que, em termos legais, a atual Constituição já atende às expectativas das montadoras de veículos: "O problema é que, na prática, a teoria é outra. O controle de preços que o governo exerce sobre as empresas, por exemplo, é inconstitucional e até os responsáveis pela política de preços reconhecem esse fato. No entanto, o controle de preços está aí, sufocando as empresas".

"REPUBLIQUETA"

O perigo de transformar a Constituição em um regulamento contendo decisões de grande interesse da sociedade, tomadas antes da instalação da Constituinte, é a grande preocupação do presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão: "O encaminhamento da nova Constituição em nosso país está sendo feito dentro de uma visão típica de republiqueta sul-americana".

No seu entender, não é recomendável que se atribua a uma comissão de 50 pessoas a incumbência de "um trabalho de tal responsabilidade para as gerações futuras, pois não pode ser visto dentro de um contexto presente nem de médio prazo. Ele deve ser elaborado por uma pessoa que tenha visão de estadista, que pense não só no presente, mas também no futuro de longo prazo".

O vice-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Augusto Machado, no entanto, considera a formação da comissão uma iniciativa positiva, embora discorde da quantidade de membros que a integram. O lado positivo, explica, é que a comissão vai elaborar um texto-base com sugestões, de forma a facilitar e dinamizar os debates. Machado também é de opinião de que a Constituinte não deveria ser composta apenas por representantes de partidos políticos. O ideal, ressaltou, seria que toda a sociedade pudesse indicar candidatos à Constituinte, através de suas entidades representativas. O momento atual, a seu ver, não deve comportar apenas preocupação política, mas uma forma de conciliação de interesses.

O povo gosta mas não sabe bem o que é

Entre os populares mais informados sobre a Constituinte, ouvidos em todos o País, pode-se notar uma ponta de descrédito a respeito de seus efeitos para o povo em geral, e sobre os propósitos que levaram à sua convocação. "Ela vai ser igual à reforma agrária, todo mundo vai gostar e aprovar, mas não vai ser aplicada" — lamenta em Recife Soriano José de Souza, 38 anos, divorciado, com curso colegial incompleto e desempregado, encontrado numa fila do Inamps. Soriano considera a comissão constitucional "limitada" e não espera que ela realize muita coisa. "Vai apenas aprimorar a Constituição que está aí — prevê. — Deveria ter mais mulher e ainda índio e preto."

Na opinião do garçon Moacyr Veloso, há mais de 40 anos na profissão em Belo Horizonte, a comissão nomeada pelo presidente Sarney não deve ser elevada à condição de encarregada de um texto pronto, "um pacote fechado", para os constituintes apenas aprovarem: "Se for para isso, nem deveria ser criada" — desabafa. Veloso mostra-se preocupado com o produto final da Constituinte: "Que tipo de Constituição nós teremos? Será mais uma para ser remendada? Teremos realmente previstos nela nossos direitos, a autonomia e soberania de nosso país? Ou teremos apenas mais um documento para ficar na prateleira?"

"Antidemocrática" — assim classifica a comissão de "notáveis" o comerciário gaúcho Sérgio Alves, 22 anos, líder comunitário em Porto Alegre, simpatizante do PDT mas não filiado ao partido. Embora seja admirador de Jorge Amado e de Paulo Brossard, integrantes da comissão, condena a falta de maior formação popular na sua formação.

"Não interessa se a Constituinte será exclusiva ou se haverá um Congresso Constituinte. O importante é que a partir de sua eleição, após grande debate popular, comece a ser feito o esboço da nova Constituição, e não recebê-lo pronto" — afirma Sérgio Alves, cuja expectativa é de que a nova Constituição seja "essencialmente favorável ao povo brasileiro em sua totalidade e que passe a ser cumprida na íntegra".

Maria Luzia Costa, funcionária de uma agência de viagens no Rio, entende que não se deve esperar até a eleição da Constituinte para se resolver os grandes problemas nacionais e defende maior participação popular na elaboração da nova Carta: "Sou a favor das candidaturas avulsas, sem nenhuma vinculação com os atuais partidos políticos". E manifesta-se decepcionada com a falta de representantes de categorias ligadas às artes na comissão de "notáveis".



As maiores manifestações em torno da Constituinte ainda não saíram dos recintos fechados

Os trabalhadores querem participar

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) nada espera da comissão pré-constituinte e não concorda com a sua criação. "Ela exclui a participação popular e limita o debate, que deveria ser estendido a toda a sociedade — afirma Jair Meneghelli, presidente da entidade e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Não há dúvida de que já existe um esboço pronto para ser aprovado."

Tanto Meneghelli quanto Miguel Rupp, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e também dirigente da CUT, defendem modificações no encaminhamento que o governo vem dando à matéria, para garantir maior participação popular na elaboração da nova Constituição. "Os próprios trabalhadores

poderão forçar mudanças, pois há tempo para mobilização" — diz Meneghelli, para quem a proposta do governo de transformar o Congresso a ser eleito em 86 em Constituinte, ao contrário da eleição de deputados com o objetivo específico de elaborar a nova Carta, defendida pela CUT, "é mais uma manobra no sentido de assegurar a preservação dos privilégios que os trabalhadores querem combater".

"O próximo Congresso — assinala — corre o risco de ser o mais reacionário de nossa História. O poder econômico vai jogar o que tem e o que não tem nestas eleições e a propaganda é a alma do negócio. Com um mandato, os deputados constituintes legislarão em causa própria."

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, Antenor Beni, também é contra a outorga de poderes constituintes aos parlamentares, na próxima legislatura: "Um trabalhador não se elege deputado e muito menos senador neste país sem a ajuda do poder econômico. E, se dermos ao Congresso poderes constituintes, não teremos uma Constituição que defenda os interesses dos trabalhadores, e, sim, algo alinhavado ao poder econômico. A Constituinte precisa ser democrática, livre, soberana, e os trabalhadores têm de ter assegurado o direito de indicar os seus candidatos através de candidaturas avulsas e independentes. Se não for assim, ficaremos patinando mais uma vez, sem avançar".

Legião de Honra

Continuam chegando à Redação do Estado mensagens de congratulação a Júlio de Mesquita Neto, por ter sido agraciado pelo governo francês com a medalha da Legião de Honra, no grau de Cavaleiro. Cumprimentam o diretor responsável deste jornal o presidente da Acrep, Luis Eduardo Pinto Lima; o deputado federal Caio Pompeu de Toledo; o coordenador de Turismo Caio Luiz de Carvalho; Alípio Henrique de Souza Neto, da Secretaria

de Esportes e Turismo; Francisco Lotufo Filho; o diretor-secretário da Fiesp/Ciesp, Roberto Della Manna; Raul Maselli; Antônio Gallotti; e o presidente executivo da Tenenge — Técnica Nacional de Engenharia S.A., Miguel Maurício da Rocha Neto, que destacou que "a importância dessa honraria reflete os relevantes serviços prestados ao jornalismo brasileiro e às relações culturais Brasil-França".